



ACÓRDÃO Nº1733/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11982/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará–URUCARAPREV.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Sr. Romualdo Vicente Alves Filho (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6000/2022-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.
- 10- **Relator em substituição:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará – URUCARAPREV. Exercício de 2021.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência. Arquivamento.

11- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator em substituição Alípio Reis Firmo Filho, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 11.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Fundo de Previdência Social do Município de Urucará-URUCARAPREV, de responsabilidade do **Sr. Romualdo Vicente Alves Filho**, Diretor-Presidente, à época, referente ao exercício de 2021, em razão das restrições apontadas pela Comissão de Inspeção e não totalmente sanadas, ressaltando-se ainda, que nenhuma das restrições tem potencial lesivo ao Erário, com fundamento no art. 22, II e da Lei nº 2423/96;
- 11.2. **Aplicar Multa** ao Fundo de Previdência Social do Município de Urucará-URUCARAPREV, de responsabilidade do **Sr. Romualdo Vicente Alves Filho**, pelas irregularidades não sanadas apontadas nas restrições nº 2.5, 6.7, 6.8 e 7.4 do Relatório Conclusivo nº 27/2022-



ACÓRDÃO Nº1733/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

DICERP, com fulcro no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96, no valor de R\$ 3.413,60 (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos). e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 11.3. Determinar Recomendação** às futuras comissões de inspeção, para que ao procederem às inspeções ordinárias *in loco*, no Órgão em epígrafe, observem se há reincidência nas restrições 3, 6.6 e 8.2 do Relatório Conclusivo nº 27/2022-DICERP.
- 11.4. Dar ciência ao Sr. Romualdo Vicente Alves Filho**, sobre o teor desta Decisão, com cópia do Relatório-Voto e do respectivo Acórdão;
- 11.5. Arquivar** o presente processo, após cumpridas as determinações acima.

12- Ata: 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

13- Data da Sessão: 4 de Outubro de 2022.

14- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14.1. Auditor presente e Relator, em substituição: Alípio Reis Firmo Filho.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº1733/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

15- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator, em substituição

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA em 10/10/2022.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 1F947310-A14323B1-1B4783DE-D743CB98